

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 17 - SUSTAINABLE PUBLIC FOOD PROCUREMENT FOR
FOOD SYSTEMS TRANSFORMATION

**TRADE-OFFS E NOVAS POSSIBILIDADES LEGAIS EM COMPRAS
PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS DE ALIMENTOS: LIÇÕES DO PROGRAMA DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Leonardo Spicacci Campos (leoscampos@gmail.com)

Fernanda Lourenço De Menezes (fernandasouzamenezes@yahoo.com.br)

Vinicius Geronasso (vinicius.geronasso@gestao.gov.br)

Vitor De Mattos Nascimento (vitor.nascimento@sme.prefeitura.sp.gov.br)

Bárbara Sabadin Bueno (barbara.bueno@jatai.org.br)

O município de São Paulo administra um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, fornecendo cerca de 2,7 milhões de refeições diárias a mais de um milhão de estudantes. Em razão de sua escala e alcance, o programa constitui um instrumento estratégico de compras públicas, com potencial para promover a segurança alimentar e nutricional, fortalecer mercados locais e fomentar sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

Nos últimos dez anos, o município vem ampliando suas aquisições de alimentos da agricultura familiar em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam cadeias curtas de abastecimento e produtores locais. Apesar desse ambiente regulatório favorável, persistem dificuldades para adquirir alimentos produzidos no próprio território municipal. O estudo analisa e aponta possíveis soluções para esse aparente paradoxo, marcado pela coexistência de elevada demanda pública e de agricultores locais com capacidade produtiva, mas baixa participação nas compras públicas.

A pesquisa adota um desenho qualitativo, analítico e exploratório, com dois objetivos: (i) sistematizar os trade-offs enfrentados buscando equilibrar eficiência operacional, segurança jurídica, previsibilidade e inclusão de pequenos produtores na promoção de circuitos curtos; e (ii) analisar o potencial de mecanismos de contratação via “marketplaces” governamentais, surgidos na esteira da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), para a superação desses desafios.

A análise fundamenta-se na sistematização das experiências de implementação do município e de seus diálogos institucionais com agricultores locais ao longo da última década, combinada com uma análise comparativa das regras de aquisição do PNAE e dos instrumentos de compras públicas baseadas em marketplaces. Concluimos que a adoção de mecanismos de “marketplace” governamental, ao tornarem as contratações mais rápidas, simples e acessíveis, podem se tornar instrumentos importantes para a promoção de circuitos curtos de abastecimento, especialmente se aliados à flexibilização de cardápios, arranjos logísticos territorializados e ciclos de pagamento mais curtos.

Palavras-chave: compras públicas sustentáveis de alimentos; alimentação escolar; agricultura familiar; circuitos curtos de abastecimento; pnae.